

4. Tempo

ANTROPOLOGIA NO BRASIL: TRAJETÓRIA INTELECTUAL DO PROFESSOR LUÍS DE CASTRO FARIA

Esta entrevista foi realizada em 6 de abril de 1997 por Ângela de Castro Gomes e Gizlene Neder.

Professor, quando e onde o senhor nasceu?

Oficialmente sou nascido em São João da Barra, no estado do Rio, mas a crônica familiar diz que eu nasci na cidade do Rio de Janeiro. Como a família era de Campos, fizeram meu registro como se eu tivesse nascido em uma fazenda lá perto. Nasci em 5 de julho de 1913. Cinco de julho: revolução! Nunca morei em Campos, só voltei lá mais tarde, para uma pesquisa de campo, em 1940, e acabei casando com uma prima, porque era a regra na família: todos são Castro Faria. Sempre vivi no Rio de Janeiro e só tardiamente é que me mudei para Niterói. No Rio, como fiquei órfão cedo, morava com um cunhado que era um grande clínico, no Méier. Foi lá que realmente vivi durante anos.

Seus estudos?

Fiz vários cursos. O primeiro que me interessou - daí a razão de eu ter começado minha carreira no Museu Nacional - foi o de museologia, no Museu Histórico Nacional. É o curso que até hoje forma os museólogos, e fui da segunda turma. Na

época, era um dos cursos que ofereciam a possibilidade de se estudar história, etnografia e todas aquelas cadeiras ligadas à museologia, como armoaria, numismática. Foi nesse curso que fui aluno do Pedro Calmon, de quem fiquei amigo muito tempo. Ele era professor de história. Gustavo Barroso, que era o diretor e tinha sido o criador do museu, ensinava várias disciplinas, era uma figura excelente como professor. E havia um outro professor notável, que era o filho do Sílvio Romero, Edgar Romero. O professor de arqueologia era Eugênio Costa, um amador, praticamente. Enfim, era um curso diferente de todos os outros.

Por que o senhor se interessou por um curso desses, quando na época a maioria se dirigia para direito, medicina?

Na realidade, eu devia ter sido médico. Toda a minha família é de médicos, tenho dois filhos médicos. Fiz o vestibular para a Faculdade Nacional de Medicina, só havia 40 vagas, eram dois mil candidatos, fui o número 45 e fiquei de fora. Eu dizia, de brincadeira, que se não fosse médico seria historiador, e então fui para o curso de museologia, que era o único de nível superior que abria perspectivas profissionais diferentes. É preciso ver que a Faculdade de Filosofia só surgiu quase em 1940. Só existiam, portanto, os cursos tradicionais: direito, engenharia, medicina e odontologia, que também é recente. Dentro do quadro do ensino universitário brasileiro, o curso de museologia era absolutamente novo. E extremamente importante na época, porque tinha sido criado um museu histórico, mas não havia um corpo de profissionais para essa instituição. Não me lembro em que ano me formei, mas foi antes de 1936, porque quando fui para o Museu Nacional já era diplomado nesse curso.

Em 1936 o senhor entrou para o Museu Nacional como praticante gratuito. O que significava isso?

Essa é uma questão extremamente importante, porque eu acho que há uma ignorância total a respeito do que tenham sido os museus - não só o Museu Nacional, mas os museus da Inglaterra, da Alemanha, da França - em termos de espaços de formação de especialistas que as universidades não formavam. Quando entrei para o Museu Nacional, eu tinha companheiros que eram formados em engenharia e sobretudo em medicina. Dos meus colegas, 99% eram formados em medicina mas nunca exerceram a profissão de médico. Isso vinha do Império! Onde é que se formavam botânicos, geólogos, zoólogos e antropólogos? Nenhuma faculdade, nenhuma universidade tinha cursos desse tipo. Era preciso entrar como praticante no Museu Nacional para trabalhar ao lado de um especialista que dominava a matéria. E ainda hoje é assim, ninguém termina um curso de ciências biológicas numa dessas universidades e tem capacidade para ir trabalhar sozinho. Tem que ir trabalhar com alguém que já passou por esse processo inteiro - e longo - de formação, tem que trabalhar ao lado de um especialista.

Entrei para o Museu Nacional como praticante gratuito para me tornar antropólogo, porque nenhuma faculdade no Brasil formava antropólogos. Praticante gratuito era a categoria inicial, significava o primeiro contato com a instituição. Depois de alguns meses fui promovido a assistente voluntário. Era uma hierarquia que havia na então Divisão de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional.

Qual era a diferença entre essas duas categorias? Pelo visto, receber um salário, não se recebia, não é?

Nada. Usei exatamente essa adjetivação para mostrar que a escolha de uma dessas carreiras importava, inicialmente, num sacrifício pessoal. Não havia bolsas de estudo na época. As pessoas ou eram funcionárias ou não eram, e simplesmente não havia como remunerar as que não eram. O que se chamava de praticante gratuito é o que hoje se chama de estagiário. Ainda hoje, no Museu Nacional, todos os alunos de pós-graduação, para poderem frequentar o Museu, têm um cartãozinho de estagiário. A diferença entre praticante gratuito e assistente voluntário era como se o sujeito hoje fosse monitor e depois instrutor de ensino, ou qualquer coisa assim. Era uma questão hierárquica, mas simplesmente em termos de valorização no campo intelectual, não tinha nada a ver com remuneração.

Com que especialistas o senhor trabalhou nessa primeira fase no Museu Nacional?

Tive como orientadores grandes especialistas: em antropologia física, Bastos de Ávila, em etnologia, Raimundo Lopes, que deixou aqueles volumes sobre antropogeografia e perto de uma centena de trabalhos. Era um maranhense extremamente competente. Mas foi Heloísa Alberto Torres quem realmente abriu as portas para mim e conduziu minha carreira. Heloísa Alberto Torres conhecia etnologia, antropologia social e arqueologia. Nós tínhamos um quadro realmente excepcional, e em nenhuma universidade havia gente com esse tipo de formação. O Museu tinha sido antes dirigido, e a parte de antropologia tinha sido praticamente conduzida, por Roquete Pinto, que ainda me examinou no concurso.

Heloísa Alberto Torres foi uma personalidade estratégica, não só para o Museu Nacional, mas também para a antropologia no Brasil. Como era ela?

Heloísa Alberto Torres era uma figura absolutamente excepcional. Primeiro, era uma mulher bonita, impressionante. Onde chegasse, todos os olhos se voltavam para ela. Falava e escrevia francês com absoluta tranquilidade, falava e escrevia inglês com a mesma facilidade, e lia alemão. Além disso possuía um nome que, na época, ainda tinha uma presença muito forte. A Revolução de 30 tomou Alberto Torres como inspiração, e depois ele foi ganhando uma importância muito maior, com toda a política em torno do municipalismo, com a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

Preciso situar os fatos no tempo, pois essas datas são muito importantes: entrei para o Museu Nacional em 36; em 37 veio o golpe; em 38 viajei na expedição de Lévi - Strauss, indicado por dona Heloísa. Minha primeira avaliação do que fosse a importância do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas resultou justamente do fato de que ela fazia parte do Conselho. Dirigir, naquela época, era fácil, quando a pessoa, como Heloísa Alberto Torres, tinha um certo pendor autoritário. Ela usou muito bem o prestígio que tinha, o nome, a posição intelectual, e teve realmente um grande poder naquele período.

Por que o senhor, exatamente, foi escolhido para compor, como membro brasileiro, a expedição de Lévi-Strauss? Como foi isso?

Eu era um jovem iniciante, e minha indicação só podia resultar de proposta feita por alguém que tivesse realmente o máximo de poder em termos de decisão, como era Heloísa Alberto Torres. Além disso, Lévi - Strauss era um professor de São Paulo cuja mulher na época, Dinah Lévi - Strauss, era extremamente ligada ao Mário de Andrade. Mário de Andrade freqüentava o Museu Nacional e me conhecia. Por outro lado, não havia muita escolha possível. O Brasil ainda não tinha etnólogos, ou tinha pessoas já com idade, como Raimundo Lopes e outros, que não tinham mais condições de participar de uma expedição que ia se aventurar pelo Brasil durante um ano, praticamente. Minha escolha realmente resultou da influência de Heloísa Alberto Torres, mas Mário de Andrade sem dúvida também participou. Ele já não dirigia naquela época o Departamento de Cultura da Municipalidade de São Paulo, quem dirigia era Sérgio Milliet, que era pessoa extremamente ligada a ele. No meu diário de campo, que está sendo transcrito agora, tenho datas objetivas, locais, enfim, de encontros em São Paulo. Foi com Sérgio Milliet que me entendi para receber, inclusive, a ajuda de custo, porque foi o Departamento de Cultura que pagou a viagem.

Só havia dois nomes possíveis para participar da expedição: um era um rapaz que havia feito cursos de etnografia lecionados pela Dinah Lévi - Strauss em São Paulo, e que tinha publicado com Mário de Andrade. Não me lembro do nome dele agora. Acabou professor titular da Escola de Administração da USP, especialista em sociologia da administração. Há pouco tempo ele deu uma entrevista lembrando que poderia ter feito parte da expedição, mas que o escolhido foi outro. Sem saber de nada, estivemos com nossos nomes em questão, e prevaleceu o meu, não sei por quê.

Com certeza havia um interesse de Heloísa Alberto Torres em que alguém do Museu Nacional estivesse presente na expedição.

Com certeza absoluta. Porque, vejam bem: o Museu, que ainda hoje é uma instituição conhecida no Brasil inteiro, desempenhou um papel extremamente importante em termos de educação. As ciências naturais e a antropologia, no Brasil, dependiam exclusivamente do Museu Nacional. O primeiro professor titular de antropologia foi o professor Artur Ramos, com quem aliás não tive muito boas relações, mas o professor

Artur Ramos era um médico psiquiatra que se ligou tardiamente à antropologia. Nunca fez trabalho de campo, era apenas um erudito. Então, o Museu Nacional foi, e ainda continua a ser, o melhor entre os melhores - um dos mais conhecidos cursos de pós-graduação hoje, com mestrado e doutorado, é o do Museu Nacional. Com a reforma universitária criaram-se os diversos institutos, hoje há cursos de ciências biológicas, mas ninguém sai desses cursos capaz de trabalhar em botânica, em zoologia, em geologia, em mineralogia, sem passar por um treinamento que até pouco tempo só existia no Museu Nacional.

Ao longo da década de 1930, tornou-se patente um forte empenho do Estado em propagar uma ideologia nacionalista, em construir valores, em identificar a nação. Isso repercutia na área de ciências humanas, especificamente na área de antropologia, à qual o senhor estava ligado no Museu Nacional?

Repercutia, perfeitamente, e vou aproveitar a oportunidade para indicar uma publicação rara que é a expressão mais completa, mais perfeita, dessa preocupação, e é a resposta objetiva a essa pergunta. Tenho encadernada a coleção completa da *Revista Nacional de Educação* - até hoje não entendo por que quem trabalha com essa problemática, da ação nacionalizadora do Estado, deixa de lado essa revista, porque não há nenhum outro documento que tenha o valor dela. Vejam bem: “*Revista Nacional de Educação*, ano I, número 1, Rio de Janeiro, outubro de 1932.” Há aqui um manuscrito, assinado por Francisco Campos: “Até agora, a União nada havia realizado em benefício da cultura popular. Esta revista representa a primeira contribuição federal à obra de educação do povo brasileiro, constituindo um notável empreendimento destinado a ter uma longa e proveitosa repercussão no país. Ao dr. Roquete Pinto se deve a iniciativa de editá-la; e sua competência e tenacidade representam uma segura garantia de que a *Revista Nacional de Educação* é uma obra destinada a viver e a vencer.” Há aqui outro documento fundamental, o Decreto nº 21.240, de 4 de abril de 1932, que nacionaliza o serviço de censura dos filmes cinematográficos e dá outras providências. É o Museu Nacional que vai assumir toda essa responsabilidade, vai fazer a censura dos filmes. Pouco depois, Roquete Pinto vai criar o cinema educativo, que também é um projeto nacionalista. Estão aqui nesta revista documentos que são impressionantes, mesmo em termos de censura. Há um documento instituindo a censura e quem assina é Anísio Teixeira.

Essa revista era bem divulgada, tinha uma circulação significativa?

Toda publicação oficial, ainda hoje, tem uma circulação extremamente restrita. Eu já me pronunciei várias vezes, já escrevi sobre isso. As publicações oficiais devem ser distribuídas gratuitamente. A lista de pessoas gradadas, em geral, é extremamente reduzida, e não seletiva. Então, há pessoas que recebem publicações oficiais e jogam fora, porque não têm o menor interesse. E eu já tive experiências com alunos daqui da UFF, aos quais eu pedi para comprar, no Instituto Nacional do Livro, um livro de

etnologia. Não vendiam, só distribuíam a profissionais qualificados. Como o aluno não era um deles, não tinha acesso ao livro.

Mas a *Revista Nacional de Educação* deve ter tido uma distribuição muito boa, porque muita gente não avalia até hoje o que tenha sido exatamente, em termos de circulação de publicações científicas, o sistema de permutas das instituições. O Museu Nacional sempre distribuiu e recebeu publicações do mundo inteiro. Onde houvesse, no mundo, um museu, ele permutava com o Museu Nacional. E o Museu tinha correspondentes estrangeiros. O Museu recebia, por permuta, dez vezes mais do que comprava. Publicava-se antigamente os *Arquivos do Museu Nacional*, depois passou-se a publicar o *Boletim do Museu Nacional*, que continua até hoje, mas numa forma diferente: antes era um volume só, com as quatro áreas de conhecimento, e hoje são boletins separados de botânica, de zoologia, de antropologia, de geologia e mineralogia. A *Revista Nacional de Educação* deve ter tido a mesma distribuição das publicações científicas do Museu Nacional, sobretudo dos *Arquivos*. Era um sistema que tinha que funcionar, porque se precisava mandar para poder receber. Mas não creio que tivesse uma divulgação do tipo que nós hoje pensamos. Era um público especializado, ligado.

O Museu Nacional tinha também um departamento chamado “de assistência ao ensino”, que foi criado pelo Roquete Pinto. No tempo dele, teve uma importância enorme. As escolas, todas as professoras visitavam o Museu, aprendiam a organizar pequenos museus. As crianças aprendiam a colecionar e a preparar o material. Portanto a ação realmente pública do Museu Nacional foi muito intensa. Ainda hoje é possível encontrar, no interior do Brasil, quadros de murais de botânica, de zoologia e de antropologia, lindos, publicados pelo Museu Nacional. O Museu - é preciso que isso fique bem claro - tinha imprensa. Isso só acabou com o Dasp, com a política de centralização: a partir daí o Museu Nacional não podia ter imprensa, porque existia a Imprensa Nacional. Criou-se aquele monstro para fazer o que todas as instituições bem montadas faziam. E o desastre foi completo, porque o material de interesse político chegava à Imprensa Nacional sempre à frente do material puramente científico, didático.

Essa dimensão pedagógica do nacionalismo em geral é pouco ressaltada. O senhor, aliás, tem um artigo sobre os diferentes nacionalismos nos anos 30: “Nacionalismos, dualidade e poliformia”, publicado em A invenção do patrimônio.

Estudei realmente esse problema dos nacionalismos e tenho um material que preciso desenvolver, porque isso aí foi uma conferência que eu fiz. É absolutamente impossível tratar do nacionalismo se considerarmos que esse é um problema que pode ser reduzido a uma categoria e ao estudo dela de uma maneira genérica. Há nacionalistas ardorosos que vinham praticando ação nacionalista no período anterior a 30. Todo o grupo de São Paulo, de Júlio de Mesquita Filho, de Monteiro Lobato, da *Revista do Brasil*, tudo isso é anterior a 30, e é puro nacionalismo! O primeiro número da *Revista do Brasil* é de 1916! E o texto de abertura é um texto de

declaração, de compromisso nacionalista. Portanto, 30 aproveita todo o movimento nacionalista anterior e absorve essas pessoas, como Roquete Pinto. Agora, em 32 já há uma ruptura. Tive colegas de humanidades que deixaram o curso para ir lutar em São Paulo. Aquele bloco nacionalista anterior a 30, que se reuniu ao grupo de 30, em 32 já promove uma defecção, há uma parte que se afasta. Em seguida 34 provoca outra cisão. E depois de 37, então, é um abandono de barco por uma parte grande.

Portanto, são vários nacionalismos. Distingui basicamente o nacionalismo literário, ou de literatos, que faziam pregações, como Bilac, que é o exemplo mais completo, que realiza uma campanha no Brasil inteiro, percorre o Brasil fazendo conferências. Eram conferências vibrantes, porque Bilac era um escritor vibrante, fazia discurso aqui, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, no Paraná... Por outro lado, há nacionalismos de ação política do Estado. Acabei de escrever um texto, que deve sair na revista *Antropolítica* do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Política da UFF, sobre a década de 20. Acho que já publicaram algumas coisas, mas ainda continua absolutamente insatisfatória a recomposição da história dessa década. Pois bem: na década de 20 há um movimento nacionalista de uma violência incrível, que é a campanha da nacionalização da pesca, com a expulsão de mais de quinhentos pescadores portugueses, luta armada, campanhas no parlamento, discursos do Maurício Lacerda, solidariedade do grupo anarquista etc. Depois surge a Lei dos Dois Terços, que vai exigir a presença de dois terços de brasileiros nesses navios de pesca que estão aí, os poveiros. Como se pode ver, há várias campanhas. E estou preparando um fichário desses vários nacionalismos, não com designações minhas, mas com designações colhidas em textos da época: há o nacionalismo católico, nacionalismo de Petrópolis, nacionalismo disso ou daquilo. São vários os nacionalismos, e não adianta querer reuni-los todos sob uma única rubrica. É fundamental, sobretudo, distinguir os nacionalismos tipo Bilac, de pregações, de discursos, de retórica, dos nacionalismos de ação, de políticas públicas.

O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas parece ser um bom exemplo desse tipo de ação nacionalista do Estado, já que exprime, inclusive, uma certa preocupação com o território nacional. O que o senhor pode nos contar a respeito do Conselho nos anos 30?

O Conselho foi criado em 1933, mas não conheço nada a respeito do seu funcionamento ou não funcionamento nessa época. Só vou tomar conhecimento dele quando vou estagiar no Museu Nacional. A expedição de Lévi-Strauss é de 1938, portanto só tive 1936, 37 para entrar em contato com o Conselho, para conhecer a sua importância, exatamente porque uma expedição foi posta sob suspeita. Eu era estagiário de Heloísa Alberto Torres, e então ouvia todas as conversas sobre o Conselho, os pedidos de licenciamento de expedições etc. A área de atuação do Conselho era extremamente ampla, cobria expedições artísticas e científicas, e havia quantidades de pedidos de cinematografistas, de documentaristas... E é preciso que a gente pense nos climas - a gente chama de climas - que se formaram naquela época.

Sou do tempo em que se contava a história de alguém que estava à procura do gabinete do ministro da Guerra, indicaram o andar, o sujeito subiu, e quando chegou àquele andar, perguntou a alguém que passava onde era o gabinete do ministro. “É muito simples. O senhor vai andando aí, quando chegar à quinta coluna, o senhor dobre, que é lá...” É que aqui havia um clima de suspeita de espionagem, tinha espião por toda a parte. Alemão e italiano, por aqui, no Espírito Santo e lá no sul, sofreram o diabo. Há um livro do Major Hugo Bethlm chamado *Campanha de nacionalização do vale do Itajaí*. O Exército mandou uma missão para nacionalizar a região e foram fechadas todas as escolas alemãs, a *Deutscheschulle*, que era uma instituição notável, e ainda é - não tem mais esse nome. O ensino primário e de segundo grau da *Deutscheschulle*, da escola alemã, era cem vezes superior ao da brasileira.

O Conselho de Fiscalização existia, portanto, porque os membros das expedições eram pessoas sobre as quais pairavam suspeitas do Estado brasileiro: era isso, claramente?

Claramente. Durante esse período, todo mundo estava sob suspeita, todo mundo era vigiado. E eu tenho, ali nos meus arquivos - são cinquenta caixas de arquivos que eu pretendo queimar... - alguns salvo-condutos. Eu tinha um documento oficial declarando que eu era fiscal do Conselho, mas eu não podia viajar em Mato Grosso, de um município para outro, sem um salvo-conduto. Um papel com o meu retratinho, escrito “salvo-conduto” e assinado por um oficial do Exército. Vigiava-se, todo mundo deveria ser vigiado.

O deslocamento no território era uma questão política fundamental?

Fundamental, porque estava ligado à segurança. Todo mundo sabe que a geografia se desenvolveu a serviço dos exércitos. O Exército ainda mantém um serviço cartográfico, porque não há batalha sem boas plantas. O melhor mapa do Brasil - mapa que tem indicação de fazenda, de estância, nome, número de tudo - é o do Rio Grande do Sul, por causa daquela guerra que um dia vai acontecer entre Brasil e Argentina... Era no Rio Grande do Sul que o Exército fazia, sempre fez, as manobras. Um exército vermelho contra um exército azul, o azul vence sempre...

O Conselho de Fiscalização era um dos órgãos do sistema geral de controle do espaço. O IBGE, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi criado para isso. Aliás, até hoje me surpreendo com o fato de que ninguém procurou entrevistar um homem que teve um poder incrível durante esse período e que ainda está vivo, com mais de 90 anos: Cristóvão Leite de Castro, engenheiro, presidente daquela companhia do bondinho da Urca. Foi o secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, tive ótimas relações com ele. O Conselho Nacional de Geografia tinha, em cada município, um serviço de geografia e estatística. Getúlio determinou, por um decreto, que os municípios que dentro de dois anos não apresentassem a planta municipal perderiam a condição de município... Todos fizeram a sua planta, naturalmente com resultados

grotescos, pelo que me contavam na época: a soma das áreas dos municípios no estado da Bahia dava um estado com quase o dobro do tamanho...

Voltando ao Conselho de Fiscalização, ele tinha esse aspecto de vigilância - sem dúvida fundamental dentro do contexto da época -, mas tinha também um outro que é interessante registrar: ele determinava que uma parte de tudo aquilo que as expedições produzissem - em termos de material coletado, material fotográfico, filmado - ficasse em poder do governo brasileiro. Era uma maneira de o Estado se beneficiar do conhecimento produzido por essas expedições, não?

Sim, mas esse talvez tenha sido justamente o aspecto mais frágil do Conselho. O regimento estipula, por exemplo, que o material recolhido só podia sair do país pelos portos do Rio de Janeiro, Santos e Belém - Belém, por causa do Museu Göeldi -, porque tinha que haver uma instituição científica que fosse capaz de fornecer um parecer sobre a qualidade do material e de retirar o material que fosse único. Mas era preciso ter um mínimo de familiaridade com essências naturais, porque os chamados naturalistas do Museu, na época, e ainda hoje em grande parte, são sobretudo sistematistas.

Quero insistir que meu contato inicial com o Conselho foi em 1938, quando fui designado para participar da expedição de Lévi-Strauss. No mais, era apenas ouvir conversas de Heloísa Alberto Torres sobre expedições, sobre pedidos de licenciamento, coisas informais. Depois de 38, só voltei ao Conselho em 56, quando o Conselho, na realidade, não tinha tanta importância. Era uma instituição fora do tempo, fora do lugar. Tinha sido criado o Conselho Nacional de Pesquisa, o Patrimônio tinha uma ação muito mais intensa em todo o Brasil, e o Conselho de Fiscalização de Expedições era ignorado. Logo pedi a minha dispensa, porque achava aquilo tudo maçante e ridículo. Basta ver a composição do Conselho para ver que era muito heterogêneo, que não havia um universo de discurso comum a todos os membros: gente do Itamaraty, gente do serviço florestal, professora de belas-artes, do Museu... Ninguém tinha um discurso comum. O Conselho, na época, já estava caminhando para a extinção. E foi extinto porque não tinha mais nenhuma razão de ser, não tinha nenhuma função. Morreu de inanição, mesmo.

Mas voltando aos anos 30: para um brasileiro como o senhor, a possibilidade de, através do Conselho, integrar missões estrangeiras como a de Lévi-Strauss não era vista como uma oportunidade boa, em termos de conhecimento?

Não exatamente, porque evidentemente Lévi-Strauss - ele já exprimiu isso - não gostou da minha presença. As expedições são muito zelosas, eles não querem ter testemunhas, não podem ter quem conteste eventualmente algo que afirmem. Cada expedição tem um grupo de participantes escolhidos a dedo, pessoas solidárias com aquele tipo de projeto. Uma pessoa de fora não é bem recebida, de um modo geral. As expedições estrangeiras, nessa época, diminuíram por causa da guerra. Os países não

estavam em condições de organizar expedições para parte alguma, estavam envolvidos de uma maneira ou de outra com a guerra, como é que iam gastar dinheiro com expedição? Não fazia sentido. E as expedições de antropologia, da minha parte, eu acho que seriam minoritárias. Não sei, por exemplo, se outra expedição de antropologia foi realizada no Brasil com a presença de um delegado do Conselho. Sei do meu caso, não sei de outros. As expedições eram muito mais de botânica, de zoologia e de geologia, e sobre elas é que pairava a grande suspeita. Muitas dessas expedições foram acusadas de estar levando para a Alemanha minerais radioativos, o que é uma tolice infinita. Podiam levar um saquinho de amostras, mas para levar uma quantidade mínima significativa seria preciso carregar navios inteiros. Mas muita gente entendia que estavam levando material radioativo numa sacolinha... E então havia realmente, nesse período, uma preocupação sobretudo com expedições que fossem formalmente designadas como geológicas, mineralógicas. A suspeita aí era grande, mas se estendia até à presença eventual de um bom geólogo numa outra expedição mascarada de botânica, ou de zoológica etc. Porque havia essa verdadeira obsessão da descoberta e do transporte para a Europa de minerais radioativos.

Em relação às expedições de antropologia havia também alguma preocupação nacionalista? Por exemplo, com o que seria dito sobre o Brasil?

Não creio que houvesse, com relação a expedições etnográficas e antropológicas, a menor dificuldade. Primeiro, porque índio nunca foi muito importante. Só como figura literária. Depois, o que o seu estudo poderia revelar? Nada. As expedições, inclusive, procuravam tribos com pouco contato com a civilização, para que o trabalho resultasse, pelo menos, numa informação original. Não havia a menor preocupação. Insisto: a preocupação era sobretudo com expedições geológicas e mineralógicas, porque aí, ao lado de toda essa fantasia a respeito de descobrir e de levar saquinho de areia monazítica, pairava sempre a suspeita de que podia haver descoberta de algum mineral raro que não fosse comunicada ao governo. O governo até hoje vive com esse problema, que, na época, tinha uma importância muito grande. Aliás, usei isso num texto que escrevi como introdução à publicação dos arquivos do Conselho de Fiscalização feita pelo Museu de Astronomia. Ali eu mostro como, na ideologia do Estado Novo, estava embutida a idéia da descoberta de grandes minas de ouro. Rondon faz uma conferência, dizendo onde está o ouro. Passou a vida inteira procurando essas minas de ouro. A salvação do Brasil, naquele momento, esteve na dependência da descoberta dessas minas de ouro, que foram a grande motivação do Rondon. Isso está absolutamente presente na ideologia do Estado Novo: a descoberta do ouro, não de minerais radioativos.

Por outro lado, se o senhor não participasse da expedição de Lévi-Strauss como representante do Conselho de Fiscalização, a expedição não sairia. Sua presença era obrigatória, não é?

Era, mas não por causa do índio, e sim por causa da presença do professor Lévi-Strauss, que era um socialista, patrocinado por um deputado socialista na França, que era o Paul Rivière. E o outro francês membro da expedição, Vellar, também era uma pessoa sob suspeita no Brasil, por causa dos relatórios que havia publicado sobre o Paraguai, por onde viajara, contando coisas pouco favoráveis a respeito dos fortes, das tropas militares. Então formou-se aqui esse clima pouco favorável, a ponto de ter sido proposta a eliminação do professor Paul Rivière do quadro da Academia Brasileira de Ciências, da qual era membro correspondente. Quer dizer, o fato de ser socialista na França - porque não era no Brasil - justificava todas as suspeitas... Quem não viveu esse período do Estado Novo dificilmente avaliará, realmente, a tensão que poderia ser provocada por qualquer coisa...

O senhor mencionou o desagrado que sua presença provocou pelo fato de ser uma pessoa que não havia sido escolhida pelos integrantes da própria expedição. Sua convivência foi difícil?

Não, a convivência não foi difícil. Quando eu digo que a minha presença não foi bem aceita, isso é um fato divulgado posteriormente. Fui muito bem recebido em São Paulo pelo Lévi-Strauss e tivemos relações cordiais o tempo todo. Tive um conflito mais sério com o dr. Vellar já quase no fim da expedição, mas não havia da parte do Lévi-Strauss nenhum procedimento ostensivamente contra mim. Acho que ele não seria tolo de fazer isso, porque realmente a expedição dependia da minha presença, e eu tinha que passar telegramas, informar sobre o andamento dos trabalhos.

Convém explicar que não se tratava só de um problema político, é que todos os membros do Serviço de Proteção aos Índios - e Heloísa Alberto Torres era um pessoa destacada - acharam a escolha da região inadequada. Todos os telegramas foram passados para todos os postos da região que nós percorremos, e todas as respostas eram de que os contatos eram hostis, não aconselhavam a ida a esses locais. Os índios com os quais tivemos contato inicial, o grupo do capitão Júlio, tinha massacrado uma família inteira de missionários havia pouco tempo. Havia uma missão jesuítica no Juruena em que os padres andavam de carabina nas costas. Os Nambiquara eram um grupo hostil, não era um problema de política. Com toda a ideologia do SPI, a ideologia rondoniana, daquela célebre frase “morrer, se preciso for, matar, nunca”, essa expedição não devia ser feita exatamente para que não surgisse uma ocasião de conflito. Aliás, a primeira coisa que o dr. Vellar me disse, foi isso: “Castro Faria, não se iluda: em situação de ameaça, eu mato, não vou morrer.”

A região toda era muito tensa, nós carregamos uma quantidade enorme de armas. Eu ainda tenho o meu Smith-Wesson 38, carga dupla. Carregava na cintura. Embora os textos de etnografia em geral, os relatórios, não falem disso, eu mesmo fui aconselhado por um missionário jesuíta do Juruena: “Não abandone a arma um minuto. O índio só o respeita se ele sentir que você é superior a ele.” Esse padre jesuíta trabalhava na roça com um rifle dependurado no ombro. Realmente a tranquilidade, a segurança, dependiam muito dessa relação que se estabelecia, basicamente: “Nós

temos armas melhores que as suas.” Eu fui caçador, minha família é toda de caçadores, eu sabia atirar bem, e o índio não tinha dúvida nenhuma. O índio que ia caçar comigo botava o arco e flecha de lado, não era tolo de pretender competir comigo, porque eles erram muito, e eu não errava. Eles não queriam usar o arco e flecha, esperavam que eu usasse a minha espingarda.

Os demais integrantes da expedição também andavam armados?

Todos armados, todos. A segurança da expedição dependia disso. Hoje você pode realizar expedições em outro clima. Aliás, valia a pena fazer uma comparação entre Vilhena, em Mato Grosso, ontem e hoje. Vilhena, hoje, é uma cidade - não sei a população atual, mas há uns dois anos tinha 75 mil habitantes. Eu tenho o retrato de Vilhena com um casal e uma moça. Só. Era um posto indígena. Não tinha ninguém, nós levamos meses para chegar lá, em lombo de burro. Hoje eu posso ir de Boeing. Enfim, era uma expedição. Não é apenas uma palavra; expedição, na época, significava que nós tivemos que chegar a Mato Grosso, comprar uma tropa de 31 bois, 16 animais de montaria, contratar homens para cuidar daquilo tudo... Nós saímos de Cuiabá com a expedição para levar meses no campo.

Quantas pessoas, mais ou menos, somando os membros da expedição e os homens que tomavam conta dos animais?

Não tenho o número exato, mais deviam ser uns dez, pelo menos. Tinha o chefe de tropa, que é um especialista - ninguém consegue usar uma tropa de bois sem um especialista. Especialista mesmo, toda a manhã ele tem de olhar as cangalhas, ver se o lombo do boi não foi ferido - se foi ferido, ele tem que corrigir a cangalha, para não aumentar a ferida... Cada um de nós tinha um a serviço: Lévi, a Dinah, no princípio, Vellar e eu. Cada um tinha um funcionário, um caboclo de Mato Grosso, contratado, que tinha familiaridade com esse tipo de viagem. Tinha que ter o cozinheiro... Uma expedição, realmente, importava numa mobilização grande de recursos e numa composição sem falhas desse conjunto. Uma vez que você está no campo, só pode ir adiante, e aí vão acontecendo acidentes... A expedição durou quase nove meses...

Como foi esse deslocamento? Saíram de Cuiabá...

Tivemos que nos reunir em Cuiabá e lá levamos um período longo, exatamente preparando tudo isso: preparando a tropa, contratando gente... Não é fácil. Tivemos que comprar os bois, alimentação, tudo. Partimos de Cuiabá, então, e fomos sair lá no Amazonas, no rio Madeira. Eu ainda fui até Guajará-Mirim, andei na Madeira-Mamoré... Depois o Lévi saiu lá pela Colômbia, parece, ou Bolívia, sei lá. E eu voltei, de Porto Velho para Manaus, depois Belém, e finalmente tomei um navio, pela costa. Naquela época as repartições públicas tinham um talonário pra requerer passagem, e os diretores de algumas delas tinham autorização para fazer isso. O Museu Nacional é

uma instituição curiosa, porque até hoje, sem interrupção, mesmo no Estado Novo, tem liberdade de propor excursões para os seus pesquisadores. Um professor do Museu Nacional, hoje, a qualquer época do ano, pode pedir para ir a qualquer lugar do Brasil, e vai. Nada pode impedir. Ele tem que se deslocar, porque a pesquisa de um botânico, de um zoólogo, de um geólogo, depende de viajar. Então nunca houve restrições. Naquele tempo era o Lloyd Brasileiro, e eu sei que dona Heloísa tinha talões, e todas essas companhias de transportes tinham um livro com o nome dos diretores de instituições autorizadas a requerer passagens. Então eu viajava com um talão daqueles, podia requerer uma passagem de navio, uma passagem de trem... Era só assinar, o sujeito ia lá e conferia que Heloísa Alberto Torres estava autorizada, e a passagem era concedida.

A região percorrida foi então de Cuiabá ao Amazonas.

Sim. A região estava consagrada pelo livro do Roquete Pinto, *Rondônia*, do qual eu tenho a 1ª edição, de 1917. Nós percorremos o mesmo caminho que o marechal Rondon tinha percorrido desde 1907, e que Roquete Pinto percorreu em 1912, e cujo material ele usou para publicar esse livro. Depois foi editado em italiano, em japonês, em alemão. Rondon, em 1907; Roquete Pinto, em 1912; e nós, em 1938. A mesma região.

Já que a expedição foi desaconselhada pelo Serviço de Proteção aos Índios, porque iria percorrer uma região tensa, houve algum fato mais dramático, uma situação de dificuldade com os índios, de ameaça, de risco?

Não, não houve uma situação específica. Ou por outra: houve uma, mas seria difícil relatar agora. O problema é que a tensão era permanente. Primeiro porque nós já tínhamos sido informados de que esses grupos não eram confiáveis, de que havia risco. Já estávamos prevenidos. Os índios, por sua vez, evidentemente que têm consciência também de que há problemas, porque mataram brancos, porque agrediram, porque fizeram qualquer coisa. Então, o clima era tenso, mas nada que impedisse, realmente, o trabalho.

O senhor mencionou um desentendimento com o dr. Vellar pouco antes do fim da expedição. Qual foi o motivo?

Jean-Albert Vellar. Era um especialista em venenos de aranha. Trabalhou com Vital Brasil, trabalhou no Butantã, tinha curso no Instituto Pasteur, enfim. Mas era um homem excêntrico, reconhecido como excêntrico em toda a parte. A própria figura física dele era excêntrica: era um homem muito alto, muito magro. Ele tinha feito muitos trabalhos de campo, e era uma pessoa instável, às vezes um pouco agressivo. O único momento, realmente, em que tive que usar a minha autoridade, foi já quase no fim da expedição, quando ele quis partir com com um ou dois animais de carga e

seguir um outro caminho diferente. Nós estávamos aguardando chegar o batelão - que é esse barco que percorre o rio -, e ele queria partir por terra porque estava impaciente. Mandeí interromper a arrumação que ele estava fazendo, disse que de jeito nenhum, que ele teria que acompanhar a expedição até o fim, junto conosco pelo rio. Mas ele acatou, não houve problema nenhum.

É interessante, porque fazendo as contas, a gente vê que na época o senhor tinha 25 anos. Não devia ser brincadeira, era muita responsabilidade.

Pois é, eu nem me dei conta disso.

Ter 25 anos tem essa vantagem... A gente não se dá conta, às vezes, do que está fazendo, do grau de responsabilidade.

E dos riscos, porque havia riscos. Aliás, eu contaraí malária, já no fim da expedição. Nós tomávamos remédios preventivos, porque a região toda tem malária, mas suponho que em Guajará-Mirim ou Porto Velho, que é uma zona difícil, peguei uma infestação dupla, de *malariae e vivax*, que são as formas mais brandas. Felizmente não foi o *falciporum*, que é o grave. E aqui no Rio levei dois anos tratando; tratava, pouco depois reaparecia. Esse foi um fato importante, que teve uma influência realmente incrível na minha vida... Eu devia ter ido com o professor Charles Wegley para o estado de Pirapé, fui a pessoa escolhida para ir trabalhar com ele. Esse é um americano da minha idade, já morreu, foi muito meu amigo, o “Chuck”, como nós o chamávamos. Heloísa me designou para ir com ele, ele estava iniciando pesquisas no Brasil inspirado pelo Boas; foi aluno do Boas e tornou-se, depois, professor titular em Columbia, *full-professor*. Eu tinha acabado de ser indicado para ir com Charles Wegley, quando tive uma crise de malária e Heloísa achou que era arriscado demais eu ir. Resultado: Eduardo Galvão foi com Wegley para o estado Tapirapé e depois foi fazer doutorado em Columbia por causa desse contato. Se tivesse sido eu, provavelmente eu teria ido para Columbia com Charles Wegley.

O senhor fez fotos da expedição?

Sim. E estamos preparando um álbum que será mais ou menos equivalente a esse aí do Lévi-Strauss, o *Saudade do Brasil*. Praticamente as mesmas fotografias, porque nós estávamos juntos. O que ele fotografava, eu também fotografava, porque eram coisas que nós, que éramos profissionais, achávamos importante registrar. Tenho fotografias que, se eu não tivesse o negativo, podiam dizer que eu tinha reproduzido do Lévi.

Acabo de escrever um artigo e fui convidado a escrever um artigo sobre antropologia e fotografia. O antropólogo, no campo, está sempre munido de uma máquina fotográfica. Ele tem o caderno de campo, que é a grande marca, é o emblema do antropólogo, um registro diário de tudo o que ele acha importante ser registrado, e

complementa esse registro escrito com o fotográfico. Eu tenho um grande material fotográfico sobre essa expedição, mais de mil fotografias.

Pensando agora nos trabalhos da expedição: que objetivos principais ela queria alcançar e quais foram os resultados, na sua avaliação?

Na minha avaliação, os resultados foram muito precários em relação ao tempo de trabalho e ao custo da expedição. Isso era um problema no Lévi-Strauss, que não tinha nada com o custo da expedição. Mas nós viajamos muito e tivemos períodos de permanência com grupos indígenas, e Lévi-Strauss jamais publicou uma monografia sobre esses índios, publicou uns poucos artigos que não correspondem ao esforço todo de uma expedição. Quer dizer, ele não fez o que sempre se espera de uma expedição etnográfica, que é que o autor principal escreva uma monografia, mesmo porque nós estivemos com pelo menos três grupos - fora as facções Nambiquara, tivemos contato, ainda, com outro grupo na região chamada de Capixaná, e depois com um grupo Tupi. O professor Lévi-Strauss usou material de observações feitas durante essa viagem para fazer vários trabalhos mais do gênero dele, considerações gerais, teóricas, mas não material objetivo, porque ele não era um etnólogo, realmente. A mulher é que devia ter feito esse trabalho, mas não pôde permanecer na expedição - voltou de Utiariti, primeiro ponto em que paramos, por uma razão terrível: uma conjutivite purulenta, que é endêmica entre os índios e que eu tive logo depois. Mas naquele momento nós estávamos mais próximos de Cuiabá, o dr. Vellar insistiu que ela não poderia prosseguir na expedição com aquela conjutivite, que é extremamente dolorosa, e ela concordou. Lá existe uma abelha, que chamam de lambe-olho. É uma abelha pequenininha que, por causa da umidade dos olhos - lá é muito seco -, vem direto aos olhos. Pousa nos olhos de um doente e passa para todos os outros.

A seu ver, então, os resultados não foram correspondentes ao investimento.

Na minha opinião, não foram. Decididamente não, porque o tempo de viagem foi muito maior que o tempo de permanência num grupo. Nós temos uma influência muito maior da antropologia norte-americana, o famoso Franz Boas teve contato com Roquete Pinto, com Heloísa Alberto Torres, e toda a nossa idéia de trabalho de campo sempre seguiu orientação de Boas, que era a de trabalhar pelo menos uns dois anos com a mesma tribo e aprender a falar a língua da tribo. Numa expedição desse tipo, realmente, ficam só impressões gerais. Mas o Lévi tinha o seu problema: ele queria trabalhar com o que eles chamavam os níveis mais inferiores - o Nambiquara, quando teve contato com as primeiras frentes de penetração na área, do Rondon e do Roquete, só usava machado de pedra.

Há uma questão, em relação à minha participação na expedição de Lévi-Strauss, que é fundamental. Frequentemente sou solicitado a falar da expedição - já dei depoimentos em Campinas, gravei, fizeram vídeo - e há sempre, sobretudo por parte dos estudantes, a impressão de que o Lévi-Strauss que eles conhecem, autor de toda

essa obra extremamente importante, sempre existiu. Começo então logo a esclarecer, porque é fundamental, que trabalhei com Lévi-Strauss numa época em que ele não tinha publicado nada. Ele não era um autor. Era simplesmente um jovem, considerado extremamente competente, que tinha acabado de fazer o concurso de *agrégation*, que é um concurso para se tornar professor do liceu, e que estava disponível. Ele mesmo conta essas histórias. Era um jovem com a formação completa, que tinha feito belos cursos, mas estava disponível, quer dizer, ainda não tinha emprego. É esse Lévi-Strauss que vem para São Paulo. Competente, sem dúvida. Mas um professor que estava iniciando a sua carreira.

Outra coisa é que na França não existe antropólogo no sentido que nós estamos usando aqui - é preciso que isso fique muito bem claro. Antropólogo, na França, é alguém que trabalha com raças, com evolução, com o que nós chamamos de antropologia física - por pressão minha é que se passou a chamar antropologia biológica e não física. O que nós chamamos aqui, hoje, vulgarmente, de antropólogo, na França é etnólogo. Fui aluno do Instituto de Etnologia, na França, que é onde se ensina etnologia. Lévi-Strauss é um *normalien*, um homem do curso de filosofia, portanto não tinha familiaridade com a etnologia. Por isso a mulher dele fez vários cursos, porque ela era, também, *normalien*. Ela fez vários cursos no Museu do Homem para se preparar para fazer etnografia na expedição. Isso não é para criticar, a carreira dele é essa, tem um começo. Mas o começo de uma carreira de etnólogo - não só lá, mas aqui no Brasil - tem que passar pelo trabalho de campo, o famoso “fio do ouro” - isso vem de Boas - é o trabalho de campo. Lévi-Strauss, para se qualificar na França como um etnólogo, teria que pelo menos ter feito uma grande expedição.

Ou seja, em termos de carreira, para Lévi-Strauss, essa expedição foi muito importante. Mesmo que os resultados não tenham sido excepcionais.

Sim. O problema é que os brasileiros não se dão conta do fato de que a categoria *mission*, que os franceses usam até hoje, está carregada de significados. O francês fazia missão para civilizar. A missão de professores franceses que veio para cá, veio com esse intuito, de ensinar a americanos, *faire l'Amérique*. “Fazer a América” era justamente isso, vir e nos ensinar. Isso persiste até hoje: na França, o serviço militar pode ser substituído por uma missão dessas. Um fez o serviço militar aqui no Xingu e hoje é um grande etnólogo na França. A França sempre concebeu isso, há séculos, de que ir “lá embaixo”, *là-bas*, ir para os outros países, ajudaria a civilizar, transmitiria os valores, a cultura francesa. Então essa expedição era fundamental para a carreira do Lévi-Strauss.

Aqui no Brasil isso também continua, todos os meus colegas têm que ir ao campo, têm que demonstrar que são capazes de fazer observação direta. Porque a antropologia privilegia a obtenção de dados originais no trabalho de campo, não é trabalho erudito. Hoje está um pouco mais, com essa pós-graduação aqui no Rio e em toda parte, porque há uma massa grande de alunos e não se pode estar mandando todos

para o campo, não há recursos etc. Hoje a antropologia está aceitando vários trabalhos que são trabalhos de gabinete, mas isso, na década de 40, 50, ainda era impossível.

Qual foi o lugar da missão de Lévi-Strauss na sua própria carreira?

Vou dar a minha interpretação. Quer dizer, como eu vejo o resultado dessa expedição talvez não corresponda à visão dos outros. Até hoje, quando descobrem que viajei com Lévi-Strauss - já dei não sei quantas entrevistas -, ficam interessados. Para mim não significou pouco, eu era muito moço ainda, era o meu primeiro trabalho de campo, e eu trouxe material documental excelente. Mas assumi uma atitude crítica desde o início, ou seja, julgo que não tive tempo suficiente para permanecer com nenhum grupo de maneira a realizar um trabalho satisfatório. Era uma passagem de quatro ou cinco dias com um grupo, nova viagem, e adiante. Eu me divertia... Como eu disse, tenho uma tradição familiar de caça, fui caçador aqui no estado do Rio, não perdia uma estação de caça na lagoa Feia, lá em Campos, ia matar marrecos. Para mim, portanto, foi uma aventura fantástica. Mas em termos científicos, pouco resultado, pouco resultado. Tanto que eu nunca me abalancei a publicar. Fiz comunicações logo que vim, justamente no Conselho Nacional de Geografia, onde havia tertúlias, em que eu apresentava os resultados, debatia questões gerais. Mas não pude publicar, como Lévi-Strauss tampouco publicou nenhuma monografia da viagem. Estou publicando agora o álbum de viagem, e em *Tristes Trópicos* Lévi-Strauss publicou algumas coisas, algumas observações, mas não há nada que se possa apontar como resultado da expedição.

Depois da expedição de 1938, o senhor é nomeado naturalista do Museu Nacional. Nesse momento, o senhor passa a integrar os quadros do Museu e a receber?

É, fui contratado como auxiliar, uma categoria qualquer que não era da carreira, mas fui nomeado pelo Museu Nacional em virtude de um ato do Estado Novo, a famosa “Lei da Desacumulação”. Tenho na estante um livro com dedicatória bem gentil, sabem de quem? Do presidente da República, hoje, Fernando Henrique Cardoso, meu colega. Mas ainda acabo conversando com Cardoso que é cunhado dele, porque é preciso um governo que tenha coragem de promover a desacumulação. É uma coisa escandalosa! Naquela época fizeram um grande alarde, dizendo que se ia desmontar todas as instituições, que a desacumulação era um absurdo etc. Foi o contrário, o Museu Nacional começou a se recuperar a partir dos anos 40. Mas é claro, porque todos eram professores da universidade! Todos: Betim Paes Leme, que foi diretor - em 38, quando eu viajei, Heloísa era vice-diretora, o diretor era Betim Paes Leme - era catedrático da Politécnica; Melo Leitão, catedrático não sei de quê. Todos eram catedráticos! Na antropologia, havia o Padberg Drenkpol, um antigo sacerdote. Com a desacumulação, ele optou pela cadeira de grego na Faculdade Nacional de Filosofia, e eu fui nomeado para o lugar dele, como interino. A desacumulação permitiu que esses velhos quadros de pessoas que estavam acumulando, que não apareciam, saíssem.

Betim Paes Leme, que era diretor do Museu Nacional, diziam lá na minha época - eu conheci, convivi com ele, a máquina que eu levei, uma Rolleyflex, inclusive, tinha sido comprada por ele -, Betim Paes Leme, diziam que ele chegava às duas e saía ao meio-dia, porque não aparecia lá... Hoje, realmente é um absurdo que os professores acumulem. Os professores, hoje, têm tempo integral, dedicação exclusiva, podiam estar ganhando a mesma coisa, no mesmo lugar, e abrindo vaga para outros nas escolas. Não é só o professor, porque juiz acumula, militar acumula. Deviam acabar com isso. E isso, sim, isso eu vivi. Eu já era do Museu e vi um professor, da noite para o dia, vender o carro, porque passou de acima de cinco contos, na época, para um conto e quinhentos. Como todos os que acumulavam. Acumulavam quatro, cinco, seis lugares. Sobretudo médicos e professores de faculdade. Os catedráticos mal apareciam, porque tinham “n” empregos, sobretudo os de medicina. A desacumulação custou, uns diziam que sim, que ia sair, outros diziam que não. Foi um clima terrível, mas saiu.

O senhor então começa a receber, no Museu, finalmente. Essa remuneração, na época, dava para fazer o quê?

Dava para fazer biblioteca, comprar livro, encadernar livro... Dava para tudo, porque eu entrei para o Museu Nacional ganhando um conto e quinhentos, o que, na época, era um senhor salário. Eu tinha uma *garçonnière* ali no edifício Liceu Literário Português, vivia folgado.

Nesse período anterior, em que trabalhou no Museu sem receber, o senhor também tinha que fazer outras coisas?

Não fazia nada, não. Eu tinha um dinheirinho suficiente. Sou órfão desde cedo, mas minha mãe deixou bens. Minha mãe era sobrinha do barão do Flamengo, essa é uma história curiosa... Meu nome, inclusive, é por causa do nome dele: Luís de Matos Pereira e Castro. Ele é barão do Flamengo porque canalizou aquele rio, e aquela rua inteira, a Barão do Flamengo, era dele. Como não tinha filhos, deu para cada sobrinha solteira dois sobrados daquela rua e, para as casadas, um. Minha mãe tinha um sobrado ali, eu tenho o recibo da venda, na época, por cento e vinte contos. Como rapaz, eu passava férias no Flamengo, na casa da minha tia Zizi, que era solteira. Vocês não conheceram aqueles sobrados, a rua Barão do Flamengo, hoje, é quase tudo edifício. Mas eu tinha o suficiente para me locomover, para me vestir, não tinha problema, realmente.

Quer dizer que nós terminamos conversando com um descendente do barão do Flamengo! Muito obrigada, professor.